

VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil

GT 5 – Política e Economia da Informação
Pôster

**DIMENSÃO ECONÔMICA, SÓCIO-CULTURAL E POLÍTICA
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

***ECONOMIC, SOCIAL, CULTURAL AND POLITICAL DIMENSION
OF THE INFORMATION SOCIETY***

Cynthia Zaniratti (PPGCI/UFMG, cpzani@yahoo.com.br)
Diana Cubillos (PPGCI/UFMG, dianitacubillos@gmail.com)
Joelma de Oliveira (PPGCI/UFMG, joelmaoliveira23@yahoo.com.br)

Resumo: O artigo discute a dimensão sócio-política, econômica e cultural da sociedade da informação e os instrumentos de inclusão do cidadão nesta nova forma de organização social. Aborda a mercadorização da cultura, as dimensões da política de informação e alguns dos instrumentos que a sociedade dispõe para o exercício da cidadania no novo ambiente dominado pelas novas tecnologias de comunicação e transmissão de dados. Coloca a Ciência da Informação como uma das disseminadoras desses novos instrumentos aos excluídos, adotando como princípio a responsabilidade social da área. Finaliza constatando que, apesar dos esforços de se prover acesso às novas ferramentas informacionais, há um longo caminho a percorrer para que a sociedade da informação alcance seu propósito original de amplo acesso às informações disponíveis com o auxílio das mais modernas ferramentas de comunicação e transmissão de dados.

Palavras-Chave: Sociedade da Informação, Economia Política da Informação, Educação, Inclusão.

Abstract: The article argues the social, political, economic and cultural dimension of the society of the information and the instruments of inclusion of the citizen in this new form of social organization. It approaches the business of the culture, the dimensions of the information politics and some of the instruments that the society makes use for the exercise of the citizenship in the new environment dominated by the new technologies of communication and transmission of data. It places the Information Science as one of the disseminators of these new instruments to the excluded ones, adopting as principle the social responsibility of the area. It finishes evidencing that, despite the efforts of providing access to the new informational tools, it has a long way to cover so that the society of the information reach its original intention of ample access to the available information with the aid of the most modern tools of communication and transmission of data.

Key words: Society of the Information, Economy Politics of the Information, Education, Inclusion.

A informação não é algo que comunica duas cápsulas cognitivas com base a um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimento e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas(...) Um conhecimento como informativo em relação a um pressuposto conhecido e compartilhado com outros (CAPURRO, 2003, p. 10).

1. Introdução

Para abordar a dimensão sócio-cultural e política da informação dentro dos fundamentos e estudos teóricos da Ciência da Informação, é preciso falar dessa nova era informacional em que o poder está na informação. Isso porque ela levanta a questão de propiciar ou não o surgimento de uma nova configuração social, política e econômica, por colocar o conhecimento no cerne dos processos da sociedade. Essa nova era denominada de sociedade da informação é o grande arcabouço da dimensão sócio-cultural e política de informação.

2. A Sociedade da Informação: principais características

Para explicar essa forma de organização social, Araújo e Dias (2005) colocam que o termo sociedade da informação se define como “a etapa do desenvolvimento da sociedade que se caracteriza pela abundância de informação organizada” que modifica a consciência do indivíduo e de seu grupo social, lhe colocando em um melhor estágio de desenvolvimento (BARRETO, 2002).

Já Castells (1999, p. 22) se refere a este nova sociedade em rede como "um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado" e está estritamente relacionado a um contexto social específico de caráter cultural e social (idem, p. 26).

Araújo e Dias (2005) estabelecem três bases estruturantes dessa nova sociedade:

- **Base teórica:** fundamenta a substituição das atividades industriais por atividades baseadas no tratamento da informação e é caracterizada pela “valorização dos ofícios informacionais”.
- **Base material:** é a utilização das novas tecnologias da informação para criação, processamento, armazenamento e transmissão de dados;
- **Base política:** discussão da informação como elemento de poder, informação para dominação ou para conscientização social, problemas sociais gerados na transmissão de informação.

Frente a isto, muitos autores têm abordado o termo de sociedade da informação, suas características, origens, desafios e tendências de distintas perspectivas como: Assmann (2000), Carvalho e Kaniski (2000), Rodrigues, Simão e Andrade (2003), Silveira (2000) e Mattelart (2002), entre outros. Ainda que as origens da sociedade da informação datem de 1962 quando Fritz Machlup formulou o conceito, Mattelart (2002, p. 11) lembra que as raízes dessa Sociedade estão "muito antes da entrada da noção de informação na língua e na cultura da modernidade", quando a necessidade de tecnologia e inovação permitia a sobrevivência.

Porém, Araújo e Malin (apud CARVALHO e KANISKI, 2000, p. 35) advertem que foi Fritz Machlup quem percebeu a emergência de um novo campo, o da produção do conhecimento que era acompanhado de uma nova classe de trabalhadores. Para Araújo e Malin essas raízes de novo saber têm dois momentos marcantes:

1. na organização e publicação da obra *Enciclopédie*, de Diderot e D'Alembert, a qual sistematizou a produção do saber do século XVIII;
2. na segmentação da economia em três setores: primário, secundário e terciário, tornando, esse último "inchado".

Destas novas raízes é que se considera iniciado o processo chamado de "revolução da informação", marcado pela emergência da Internet. Nesse contexto, a informação é fonte de poder e a capacidade de informação aparece como um dos principais parâmetros de desenvolvimento de uma nação, da construção social e política de uma sociedade. (BOTELHO apud RODRIGUES, SIMÃO e ANDRADE, 2003, p. 89).

[...] descobriu-se que a fonte de todas as fontes chama-se informação e que a ciência – assim como qualquer modalidade de conhecimento – nada mais é do que um certo modo de organizar, estocar e distribuir certas informações (BARBOSA, apud CARVALHO e KANISKI, 2000, p. 34).

2.1 Dimensões Econômicas, Políticas e Culturais

A sociedade da informação configura-se como uma nova sociedade construída pelas políticas e relações sociais, onde o poder econômico passa a ser a informação e seu uso, mas sempre regulado dentro do sistema sócio-político atual. Para compreender esta nova sociedade a Economia Política da Informação aparece como colaboradora. Segundo Mosco (1996), a Economia Política da Informação corresponde ao "estudo de relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos informacionais". Mosco também alerta para dois processos: o processo político ou de controle, que corresponde à organização interna da sociedade e aos seus processos de adaptação às mudanças; e o processo econômico ou de sobrevivência, que significa o modo como às pessoas produzem aquilo que é necessário para a reprodução e continuidade sociais.

Fredric Jameson enumera as características mais marcantes desta nova era: nova divisão internacional do trabalho, nova dinâmica das transações bancárias internacionais e das bolsas de valores, novas formas de inter-relacionamento das mídias, computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo (JAMESON, 1996).

A sociedade da informação foi responsável por grandes desigualdades ao redor do mundo. Na esfera econômica, a era da informação impôs ao mundo a necessidade de alinhar-se economicamente. Assim, o capital financeiro, maior motor da globalização, pôde mover-se mais facilmente. O alinhamento trouxe uma nova configuração que separou os países e economias em incluídos e excluídos, sendo catastrófico para aqueles que ficaram à margem.

De acordo com Wallerstein (2002), a economia internacional capitalista, obedecendo a sua lógica de incessante acumulação de capital, acaba por atingir seu ideal teórico, ou seja, a mercantilização de tudo.

A cultura, tomada aqui enquanto processos sociais advindos de hábitos e tradições de um povo e também de sua produção de bens e serviços culturais, também se tornou uma mercadoria e passou a ser encarada como um recurso capaz de criar identidade social, desenvolvimento econômico e um contrapeso à tendência uniformizante da globalização. No livro "A Conveniência da Cultura", George Yúdice afirma que

a cultura está sendo crescentemente dirigida como um recurso para a melhoria sócio-política e econômica, ou seja, para aumentar sua participação nessa era de envolvimento político decadente, de conflitos acerca da cidadania e do surgimento do capitalismo cultural (YÚDICE, 2004, p. 26).

Ainda segundo Yúdice, "a cultura se transformou na própria lógica do capitalismo" (YÚDICE, 2004, p.35). Ou, como afirma Jameson anos antes, "a própria 'cultura' se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem. (...) O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo" (JAMESON, 1996).

Além disso, o cultural adquiriu importância estratégica, já que o simbólico tem sido comercializado e leva consigo o modo de vida de uma sociedade. É o que se percebe, por exemplo, com o cinema americano, que divulga pelo mundo o *american way of life*. Este é um tema que vem fomentando inclusive discussões internacionais, como a Conferência da Unesco para a Proteção e a Promoção da Diversidade Cultural. Segundo a UNESCO,

o binômio 'cultura e comércio' tem adquirido um caráter de ordem estratégica, pois é certo que os bens e serviços culturais constroem e transmitem valores, produzem e reproduzem identidades culturais, além de contribuir para a coesão social e também são um fator de produção na nova economia (UNESCO, 2002).

Vive-se uma transição dos hábitos e práticas de consumo da sociedade com a substituição de bens materiais por imagens, signos, experiências e bens simbólicos. É o que Castells (2000) chama de cultura da virtualidade real. Ao falar desta nova sociedade, Featherstone fala em "globalização da complexidade". Ele explica que essa mudança na cultura de consumo se deu através de

um certo deslocamento no mundo dos bens à medida que coisas e lugares não vistos, ocultos ou despercebidos se tornam agora transportáveis. Isso acarreta não só uma ampliação das noções de tempo-espço, com a redução de distâncias físicas e uma maior percepção da simultaneidade, do "estar lá", de ter experiência de novos lugares e novas sensações; a dinâmica da cultura de consumo também impõe novas imagens e novas experiências (Featherstone, p. 108).

Enfim, Mosco aborda a responsabilidade e a preocupação da economia política com a democracia. Para ele, o desafio desta ciência é a extensão da democracia a todos os aspectos da vida social, onde é fundamental a participação pública. Culturalmente, portanto, o objetivo será a inclusão de todos aos modos de produção e acesso aos bens e serviços culturais.

Por conseguinte, esta nova dimensão econômica e política da informação faz parte dessa nova sociedade da informação já que está sujeita às políticas informacionais porque estas contribuem com a transformação dos homens e das estruturas sociais. Aun (2003) destaca que "é impossível atingir a sociedade da informação sem políticas que coordenem a cultura informacional requerida. O grande desafio seria o da interação do tecnológico e do institucional (nação, povo, território, cultura, costumes, memórias, política, economia, etc.)". Portanto, é preciso inserir novas políticas que incluam os indivíduos na sociedade da informação a fim de chegar ao ideal de convivência e desenvolvimento de Estado e sociedade. Mas Aun (2001) alerta, de novo, que essa política pública deve ainda amparar-se em outras políticas: a política de desenvolvimentos de infra-estrutura educacional e a política de informação nacional. Ela coloca que a política da informação¹ é um "conjunto de práticas/ações encaminhadas à manutenção, reprodução ou mudança e reformulação de um regime de informação, no espaço local, nacional, regional ou global de sua manifestação" (GOMEZ, 1997 apud AUN, 2001).

Portanto, as políticas exercem um papel importante para a criação e desenvolvimento de uma sociedade tanto no entorno local como global, já que colaboraram não só com a melhoria do nível político e social, mas também com o exercício da cidadania por meio da participação ativa e democrática. Silva comenta que uma política de informação deve ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos de forma participati-

¹ Segundo AUN, (2001) as políticas de informação têm início na década de 1960 com os países mais desenvolvidos do ocidente acompanhando o desenvolvimento científico e tecnológico da época. Na década de 1950, a UNESCO incentiva a formação de centros nacionais de informação, os quais definiram políticas e sistemas de informação característicos de cada nação. No Brasil, a criação do CNPq e do IBBD, hoje IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia).

va, já que assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício da cidadania (SILVA, 1991).

3. Instrumentos para Acesso à Sociedade da Informação

Conforme visto anteriormente, a sociedade da informação provocou alterações sociais e culturais, bem como determinou nova forma de organização das políticas públicas.

Para que os cidadãos contribuam cada vez mais com essa nova forma de organização social, política e econômica eles precisam estar bem familiarizados com os novos instrumentos de exercício da cidadania.

Alguns destes instrumentos serão descritos nas próximas seções.

3.1 Governança

É importante a figura de governança como ente regulador que direciona o foco e o planejamento da política de informação. Ferguson estabelece que um componente importante para isso é o papel do governo na criação de sociedade da informação, transformando as sociedades para explorar o conhecimento de modo a obter uma vantagem competitiva (FERGUSON, 2002). A governança, segundo Diniz, corresponde às condições sistêmicas, mais gerais, sob as quais ocorre o exercício do poder em uma dada sociedade, tais como as características do sistema político, a forma de governo (parlamentarismo ou presidencialismo), relações entre os poderes (nível de assimetria), sistemas partidários (pluri ou bipartidarismo), intermediação de interesses corporativista ou pluralista (DINIZ, 1996).

Porém Braman enfatiza o termo *governance* como sendo as instituições formais e informais, regras, acordos e práticas, decisões e comportamentos de atores estatais e não estatais, os quais têm efeito constitutivo na sociedade, ou seja, a capacidade governativa ou de ação estatal na implementação das políticas e na consecução das metas seletivas. Ela atribui ao termo governabilidade o contexto cultural e social dos quais deriva modos de *governance* e pelos quais ela é sustentada (BRAMAN, 2004).

Por conseguinte, a política deve forçar a democratização por meio de uma adequada governabilidade que propicie o desenvolvimento da sociedade e o exercício da cidadania. Precisa ser uma política centrada na nova era informacional, a fim de criar consciência e reflexão que diminua a diferença entre pobres e ricos, incluídos e excluídos. Para Barreto (1997), o objetivo da democratização do acesso à informação é promover o desenvolvimento de uma forma ampla, como um acréscimo de bem estar, um novo estágio de qualidade de convivência. Isso porque, caso não se conte com uma política que force a democratização, ou não se tratar dessas questões (da diminuição do analfabetismo funcional e digital, da pobreza e da miséria no mundo eletrônico), corre-se o risco de aumentar ainda mais a diferença entre o mundo dos incluídos e excluídos.

3.2 Novas Tecnologias Informacionais

Silveria (2000, p. 84), ressalta o redesenho das relações de poder entre as nações pela informação e pelas novas tecnologias informacionais falando do fenômeno do *apartheid digital*. Esse fenômeno é um desdobramento do *apartheid social*, devido a falta de acesso e entendimento da informação. Já Assmann (2000, p. 11), fala em um *apartheid neuronal*, em que: "o uso (ou não uso) versátil das novas tecnologias tem conseqüências já constatadas no desenvolvimento do potencial cognitivo dos aprendentes".

Para completar a discussão, Rodrigues, Simão e Andrade, (2003, p. 89) se referem à sociedade da desinformação como sendo "uma sociedade perversa, na qual os donos do poder são os donos dos meios de comunicação e as desigualdades são cada vez mais acentuadas". Uma troca desigual em que a brecha informacional dos ricos e pobres tende a aumentar. Segundo Santos (2000), as relações sociopolíticas e os sistemas capitalistas marcam essa grande

desigualdade entre periferias e centros de poder do sistema mundial na era informacional, já que repercute no desenvolvimento dos estados, do cidadão e da sociedade. Schiller diz que a informação tornou-se um produto comercial gerador de ativos. Disso decorre o acesso à informação ficar definido pelo poder aquisitivo, acentuando as divisões na sociedade. Esse fato provoca o fenômeno de "os pobres torna[rem]-se mais pobres porque são excluídos dos meios através dos quais suas condições poderiam melhorar. E os ricos mais ricos porque consolidam suas bases de poder" (SCHILLER, 1993).

3.3 A Nova Dimensão da Educação na Sociedade da Informação

Nesse cenário, a questão da educação perpassa todos os meios (físicos e virtuais), como uma necessidade gritante. "A mera disponibilização crescente da informação não basta para caracterizar uma sociedade da informação. O mais importante é o desencadeamento de um vasto e continuado processo de aprendizagem" (ASSMANN, 2000, p. 9) que garanta a participação da sociedade nas novas questões informacionais, além do direito pleno de cidadania. De acordo com Canclini,

ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua (CANCLINI, 1996).

Na sociedade da informação a educação ultrapassa a formação escolar instituída para transformar-se, segundo Delors *et al* (1996), em educação para toda a vida. Perpassa, dessa forma, todas as esferas do convívio social: familiar, escolar, cultural, nas atividades de entretenimento, nas atividades profissionais, só para citar algumas delas. A educação, permitindo o acesso de todos ao conhecimento, tem um papel bem concreto a desempenhar no cumprimento desta tarefa universal: ajudar a compreender o mundo e o outro, a fim de que cada um se compreenda melhor.

Nessa nova perspectiva, as novas tecnologias auxiliam esse processo dinâmico e complexo da aprendizagem, já que a digitalização da informação operou uma revolução profunda no mundo da comunicação, caracterizada, em particular, pelo aparecimento de dispositivos multimídia e por uma ampliação extraordinária das redes telemáticas. Trata-se, essa expansão, de uma revolução inevitável que permitirá a transmissão de uma quantidade cada vez maior de informação num lapso de tempo cada vez mais curto. Observa-se uma penetração destas novas tecnologias em todos os níveis da sociedade, facilitada pelo baixo custo dos materiais, o que os torna cada vez mais acessíveis.

Essa revolução tecnológica cria novas formas de socialização e de possibilidades de acesso às formas diversificadas de aprendizagem. Um exemplo é a educação à distância, cada vez mais difundida no meio acadêmico e nas empresas, funcionando como uma forma de se conciliar aprendizagem e trabalho sem interposição de barreiras de tempo e espaço. Observa-se, assim, que a educação hoje é concebida como um acelerador do crescimento econômico, já que assegura a formação de cientistas, inovadores e quadros técnicos de alto nível.

Além da dimensão econômica e global que o processo educacional precisa alcançar na sociedade da informação, ele deve procurar tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas. O conhecimento das outras culturas torna o indivíduo consciente da singularidade da sua própria cultura, mas também da existência de um patrimônio comum ao conjunto da humanidade. A educação tem uma especial responsabilidade na edificação de um mundo mais solidário e as políticas educacionais devem deixar transparecer, de modo bem claro, essa responsabilidade.

As políticas públicas educacionais precisam contemplar a inclusão de todos nessa nova organização social, inteiramente amparada pelas novas tecnologias. Para isso precisa-se ter como foco aqueles que ainda se encontram à margem dessa nova dimensão educacional.

3.4 *Inclusão Digital*

A informação passou a ser a nova fonte de riqueza, já que pode se transformar em conhecimento, dando assim possibilidades de crescimento à sociedade. No entanto, o grande repositório de informação é o meio digital, por conseguinte, seu acesso e uso permitem a inclusão da sociedade ao sistema econômico-social, e talvez a diminuição de essa brecha de desigualdade. Rowe (2003) comenta que as tecnologias de redes de informação podem diminuir o grau de hierarquias, melhorar a comunicação e a cooperação. Porém, a tecnologia pode igualar países, regiões, empresas e pessoas, mas é na implementação de programas e políticas nacionais e locais que está a diferença (inovação).

Sabendo deste pressuposto, as políticas, sejam públicas ou de inclusão, devem ir de acordo com as novas mudanças da era informacional, propiciando o acesso e treinamento para o uso dessa informação, a fim de convertê-la em valor agregado e competitivo da sociedade, de seu entorno e do sistema global. Segundo a pesquisa do Observatório da Inclusão Digital em 2007, a inclusão corresponde à habilidade de lidar com massas complexas de informação geradas por computador e a capacidade de transformá-las em conhecimento, contribuindo na formação de sujeitos críticos e reflexivos. Para Benkler (2003), inclusão social representa um bem comum, ou seja, um direito de todos. A informação é um bem público no seu verdadeiro sentido. A sociedade da informação através da instalação do paradigma das tecnologias de informação desperta primeiramente para a necessidade de usufruir a comunicação à distância. Já CAMARA (2005) comenta que a inclusão compreende a alfabetização informacional com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, a habilidade de operar e comunicar-se a partir de computadores, entender o funcionamento de equipamentos, seus programas e aplicações, produzir, organizar, disseminar e visitar a informação de forma automatizada, resolver problemas por meio do uso da tecnologia. Portanto, uma inclusão social com ênfase na construção da cidadania emerge do processo de aprendizagem e deve englobar além de uma série de habilidades e conhecimentos, a noção de valores conectados a dimensão social e situacional do lugar de ação.

INCLUSÃO DIGITAL	INCLUSÃO INFORMA-CIONAL	INCLUSÃO SOCIAL
Ênfase no acesso	Ênfase no conhecimento	Ênfase no aprendizado
Sociedade da informação	Sociedade do conhecimento	Sociedade do aprendizado
Acesso	Acesso e processos	Acesso, processos e relações
O quê	O quê e como	O quê, como e por quê
Acúmulo de saber	Construção do saber	Fenômenos do saber
Sistemas de informação/tecnologia	Usuários / indivíduos	Aprendizes / cidadãos
Espectador	Conhecedor	Autônomo

Fonte: Adaptado de DUDZIAK, 2001 apud CAMARA, 2005

Por conseguinte, a expressão sociedade da informação vem sendo utilizada nos círculos políticos, na academia e nos meios de comunicação de massa, mas alguns trabalhos da

área da Ciência da Informação evidenciam fragilidade nos argumentos que os sustentam (NEHMY, PAIM 2002, p. 9), ressaltando aí a necessidade da compreensão dos processos sócio-históricos e indicadores sociais, além da emergência de novos sentidos nos discursos teóricos da área (Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia) sobre a informação e seus profissionais (FREITAS 2002, p. 2).

3.5 Competência Informacional

A informação e as novas tecnologias informacionais redesenham as relações de poder entre nações, organizações e indivíduos, bem como influenciam na construção da cidadania. A informação, assim, funciona como peça de sustentação e, ao mesmo tempo, alavanca de mudança dos processos sociais, definindo-se como instrumento essencial ao exercício do poder (SILVEIRA, 2000 p. 79). Mas não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional, comenta Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2004), já que o maior problema da inclusão social não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação. A alfabetização em informação deve criar aprendizes ao longo da vida, pessoas capazes de encontrar, avaliar e usar informação eficazmente para resolver problemas ou tomar decisões.

Desta necessidade de educação e capacitação é que nasce o conceito de Competência Informacional, que é a incorporação de habilidades, conhecimentos e valores relacionados à busca, acesso, avaliação, organização e difusão da informação e do conhecimento. São competências que perpassam processos de negócio, gerenciais e técnicos diversos, bem como diferentes partes de uma mesma organização. Como lembra Zarifian (2003, p. 120), “transmitir uma informação não é um ato simples e anódino; supõe dar atenção às condições que devem ser reunidas e necessita, então, de uma verdadeira competência”.

As competências para solução de problemas, conforme Fandt (*apud* WOOD 1999) são as capacidades de percepção, planejamento e organização, além da capacidade de tomar decisões. Nessas competências, incluem-se a seleção de informações e o domínio de metodologias e ferramentas adequadas para tratamento dessas informações com vistas a gerar resultados apropriados com eficácia e eficiência.

Competência informacional (*information literacy*) é um desses termos. Usado inicialmente nos Estados Unidos para designar habilidades ligadas ao uso da informação eletrônica, ele foi assimilado pela classe bibliotecária e atualmente insere-se de forma vigorosa no discurso dos bibliotecários americanos, sendo alvo de interesse crescente por parte de bibliotecários de outros países (BRUCE, 1998; BUNDY, 2001). Essa expressão aparece como tema de inúmeras publicações institucionais e constituindo a base de políticas de ação pedagógica de vários sistemas de bibliotecas escolares.

No Brasil, o termo está em fase de construção. Foi mencionado pela primeira vez por Caregnato (2000, p. 50), que o traduziu como “alfabetização informacional” em um texto em que propunha a expansão do conceito de educação de usuários e ressaltava a necessidade de as bibliotecas universitárias se prepararem para oferecer novas possibilidades de desenvolver nos alunos habilidades informacionais necessárias para interagir no ambiente digital. Hatschbach (2002), citado por Dudziak (2003), também enfoca a *information literacy* no contexto digital, utilizando o termo no original. Portanto, a competência informacional abrange as habilidades para reconhecer as necessidades informacionais e localizar, avaliar, aplicar e criar informação dentro de contextos culturais e sociais; além de fornecer a chave para o acesso, uso e criação efetivos do conteúdo para dar apoio ao desenvolvimento econômico, social e político (CAMPELLO, 2003).

4. Responsabilidade Social da Ciência da Informação

A responsabilidade social da Ciência da Informação (CI) é demonstrada pela tomada de consciência, por parte dos profissionais da área, do alcance social que se pode atribuir ao

trabalho com a informação. Freire (2003) explica bem esse conceito e localiza seu surgimento a partir da ampliação da visão das possibilidades de atuação profissional, já que inicialmente as atividades da CI eram voltadas ao provimento de informação científica aos cientistas e especialistas que dela necessitassem para o desenvolvimento de suas atividades de pesquisa. Roberts (1976 *apud* FREIRE, 2003) critica essa atuação restrita do profissional de CI e sugere que o serviço de coleta e disseminação de informação deva se ampliar a outros grupos sociais. Ele se coloca da seguinte forma

Sem dúvida é relevante estudar os problemas de informação de comunidades científicas, mas não há razão para negligenciar outros grupos sociais... As implicações sociais da comunicação e informação são tais que só a base social mais ampla é aceitável como uma área de estudo para a ciência da informação (ROBERTS, 1976, p. 250 *apud* FREIRE, 2003, p. 57).

Freire (2003) coloca que essa tomada de consciência reflete uma visão de mundo

de um grupo de cientistas ainda compartilhando o paradigma da função social da ciência da informação, mas ampliando sua visão sobre sua atuação como atividade científica. Dessa forma, olhando através de uma janela aberta para a sociedade, os cientistas da informação começavam a vislumbrar os problemas da informação em nova perspectiva, orientando seu interesse teórico para além dos limites das atividades do campo científico (FREIRE, 2003, p. 57).

Desse contexto, depreende-se que a responsabilidade social da CI pode ser conceituada como a disseminação da informação e das formas de acesso a ela para que, ao mesmo tempo em que a memória histórica e cultural local seja preservada, a sociedade possa ter acesso às novas ferramentas de comunicação de alcance global.

Na sociedade da informação a CI precisa, cada vez mais, ampliar sua atuação de forma socialmente responsável, visto que, como já abordado, o exercício da cidadania está extremamente atrelado ao acesso e uso eficiente das informações disponíveis.

5. Para uma Crítica à Sociedade da Informação

É inegável que essa nova configuração social, econômica e política da sociedade da informação trouxe avanços e facilidades. Werthein (2000) lista como exemplos desses avanços a educação à distância, as bibliotecas digitais, a instantaneidade na comunicação com qualquer parte do mundo, o comércio eletrônico, entre outras. Apesar de surgir com a promessa de melhoria social e de convergência dos processos de comunicação a uma linguagem universal, é exatamente nesta área que a sociedade apresenta desafios maiores a serem transpostos, principalmente de cunho social.

Uma das conseqüências negativas da sociedade da informação é o aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente com relação ao uso das novas tecnologias. Ao longo do artigo, discutiu-se o processo de inclusão informacional e o desenvolvimento de competências nesta. Apesar dos vários projetos sociais promovidos pelo governo ou pela sociedade civil – cujo objetivo é a inclusão digital, percebe-se que os participantes apenas operam os computadores (às vezes nem isso), mas ainda não se encontram habilitados a usufruir todas as dimensões informacionais disponíveis em benefícios próprios e sociais que contribuam com o crescimento da comunidade.

Dessa forma, persiste o problema da capacitação dos cidadãos para a utilização dos instrumentos e serviços oferecidos pelas novas tecnologias, bem como da compreensão e utilização das informações disponibilizadas pelas redes de comunicação eletrônica, de forma que essas sejam “úteis e componentes de sua vida cotidiana” (ARAÚJO e DIAS, 2005, p. 118). Ou seja, é ainda mais um problema social junto à pobreza, fome e desigualdade. Analisando

mais uma vez o quadro na página 10, percebe-se que não haverá a verdadeira inclusão enquanto não se atingir a igualdade em todos os níveis (social, econômico, informacional) e se procurar saber como e porque os fenômenos da sociedade acontecem, construindo, assim, uma sociedade do aprendizado em que cada cidadão será, de fato, autônomo. Até lá, há ainda um longo percurso, onde os passos da Ciência da Informação se fazem essenciais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. A.; DIAS, G. A. A atuação profissional do bibliotecário no contexto da sociedade de informação. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 111-122.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, maio./ago. 1999.

ASSMANN, Hugo. A metamorfose do aprender na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 7-15, maio/ago. 2000.

AUN, Marta Pinheiro. **Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) IBICT /ECO – UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

_____. Políticas públicas de informação e desenvolvimento. IN: Paim, Isis (Org.). **A gestão da informação e do conhecimento**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 55 – 90.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. As tecnologias intensivas de informação e comunicação e o reposicionamento dos atores do setor. In: INFO 97, 1997, Cuba. **Anais...** Cuba: 1997.

BENKLER, Y. The political economy of Commons. **Upgrade: the European Journal for the Informatics Professional**, Barcelona: Novática, v. 4, n. 3, Jun. 2003. Título deste número: OpenKnowledge.

BORGES, Maria Alice Guimarães. A compreensão da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Papyrus, Rio de Janeiro, 2000.

BRAMAN, Sandra. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37.

BRUCE, C. **The experience of information literacy: toward a holistic model**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652003000300004&lng=&nrm=iso&tlng=>. Acesso em: 26 junho 2007.

BUNDY, A. **For a clever country: information literacy diffusion in the 21st century**. [S.l.]: Australian Library and Information Association, 2001.

CAMPELLO, B. A competência informacional na educação para o século XXI. In: **Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 9-11.

CAMARA, Mauro Araújo. **Telecentros como instrumento de inclusão digital: perspectiva comparada em Minas Gerais**. Tese (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

_____. **Diferentes, desiguais, desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2003. Belo Horizonte. 2003.

CAREGNATO, S. E. O desenvolvimento de habilidade informacionais: o papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Rev. de Bibliotecon. & Comm.**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, 2000.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 33-39, set./dez. 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 1).

_____. **Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede**. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2).

DELORS, J. *et al.* **Educação: um tesouro a descobrir – relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. Brasília: UNESCO no Brasil, 1996. 288p.

DINIZ, Eli. Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma. **Revista do Serviço Público**, ano 47, n.2, maio/ago., 1996.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003.

FEATHERSTONE, Mike. A Globalização da complexidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, out. 1996, p. 105-124.

FERGUSON, Martin. Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FERREIRA, Rubens da Silva. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan./abr. 2003.

FREITAS, Lídia Silva de. A Memória polêmica da noção de sociedade da informação e sua relação com a área de informação. **Revista Informação & Sociedade**, João Pessoa Estudos, v.12, n.2, 2002.

HATSCHBACH, M. H. L. **Information literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT, UFRJ, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2002.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2006.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006. 197p.

MOSCO, Vincent. **The political economy of communication**: rethinking and renewal. Londres: Sage, 1996.

NEHMY, Rosa Maria Quadros; PAIM, Isis. Repensando a sociedade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2002.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Governos eletrônicos**. Disponível em: <<http://geocities.com/maisbrasil/goveletron.htm>>. Acesso em: 18 maio 2007.

ROWE, Jonathan. O que é nosso. **Revista ODE**, v.28, fev. 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Os modos de produção do poder, do direito e do senso comum. In: _____. **Crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001, 2000. Cap. 5.

SCHILLER, Herbert L. As corporações multinacionais de mídia e a transição democrática na América Latina. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). **Sistemas de comunicação e identidades da América Latina**. Porto Alegre: EDIPUCRS/INTERCOM, 1993.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Terezinha Elizabeth da. Política de informação na pós-modernidade: reflexões sobre o caso do Brasil. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 1, n. 1, 1991.

SILVA, Antonio Braz de O. *et al.* Inclusão digital, política de software e outras políticas de inclusão. In: CIFORM, 5, 2004, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2004.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

RODRIGUES, Georgete Medleg; SIMÃO, João Batista; ANDRADE, Patrícia Simas de. Sociedade da informação no Brasil e em Portugal: um panorama dos Livros Verdes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 89-102, set./dez. 2003.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.3, n.5, 2002.

UNESCO. **Culture**: trade and globalization. Paris, 2002.

_____. **Entendendo as indústrias criativas**: estatísticas culturais para a criação de políticas públicas, 2006. Disponível em: <<http://portal.unesco.org/culture/>>. Acesso em: 18 maio 2007.

WARLLESTEIN, Imanuel. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2. p.71-77, maio/ago. 2000.

WOOD JÚNIOR, Thomaz (Coord.). **Remuneração por habilidades e por competências**: preparando a organização para a era das empresas de conhecimento intensivo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 181 p.

YÚDICE, George. **A convivência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

ZARIFIAN, Philippe. **O modelo da competência**: trajetória histórica, desafios atuais e propostas. Tradução Eric R. R. Heneault. São Paulo: Senac, 2003. 192 p.